

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO

DOCENTES

Educação Pré-escolar, Básico e Secundário Carreira Docente (Estatuto)

- **Decreto-Lei n.º 15/2007**, de 19 de janeiro
Sétima alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e altera o regime jurídico da formação contínua de professores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 249/92, de 9 de novembro.
(Alterado pelos Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de setembro, n.º 75/2010, de 23 de junho e, n.º 41/2012, de 21 de fevereiro).
- **Decreto Regulamentar n.º 3/2008**, de 21 de janeiro
Estabelece o regime da prova de avaliação de conhecimentos e competências prevista no artigo 22.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.
(Alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 27/2009, de 6 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de junho).
- **Decreto Regulamentar n.º 4/2008**, de 5 de fevereiro
Define a composição e o modo de funcionamento do conselho científico para a avaliação de professores.
- **Portaria n.º 343/2008**, de 30 de abril
Fixa as funções ou cargos a identificar como de natureza técnico-pedagógica.
(Alterada pela Portaria n.º 966/2009, de 25 de agosto).
- **Portaria n.º 966/2009**, de 25 de agosto
Altera a Portaria 343/2008, de 30 de abril, que fixa as funções ou cargos a identificar como de natureza técnico-pedagógica.
- **Despacho n.º 21666/2009**, D.R. n.º 188, Série II, de 28 de setembro
Define as regras da realização do período probatório previsto no Estatuto da Carreira Docente.
- **Decreto-Lei n.º 270/2009**, de 30 de setembro
Procede à nona alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de janeiro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de junho.
(Ver Declaração de Rectificação n.º 84/2009).

- **Decreto Regulamentar n.º 27/2009**, de 6 de outubro
Procede à primeira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de janeiro, que estabelece o regime da prova de avaliação de conhecimentos e competências prevista no artigo 22.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.
- **Decreto-Lei n.º 75/2010**, de 23 de junho
Procede à décima alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril.
- **Decreto-Lei n.º 41/2012**, de 21 de fevereiro
Procede à 11.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril.

Progressão na Carreira

- **Portaria n.º 344/2008**, de 30 de abril
Regulamenta o processo de reconhecimento dos ciclos de estudos conducentes aos graus de mestre e doutor e dos próprios graus académicos obtidos por docentes profissionalizados, integrados na carreira, em domínio diretamente relacionado com a área científica que lecionem ou em Ciências da Educação.

Avaliação de Desempenho

- **Portaria n.º 240/2011**, de 21 de junho
Estabelece as adaptações aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes com uma relação jurídica de emprego público com o Ministério da Educação em exercício efetivo de funções docentes integrados em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes do Ministério da Defesa Nacional.
- **Decreto Regulamentar n.º 26/2012**, de 21 de fevereiro
Regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e revoga o Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de junho.
(Ver Declaração de Retificação n.º 20/2012).

Concurso/Contratação Direta

- **Portaria n.º 365/2009**, de 7 de abril
Regula o procedimento concursal de recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para os quadros dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas legalmente definidos como prioritários.
- **Portaria n.º 942/2009**, de 21 de agosto
Regula o recrutamento de pessoal docente para grupos, subgrupos e disciplinas de formação artística do ensino artístico especializado da Música e da Dança, por parte dos estabelecimentos de ensino públicos legalmente competentes para o efeito.
- **Decreto-Lei n.º 132/2012**, de 27 de junho
Estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados.

Equiparação a Bolseiro e Licença Sabática

- **Portaria n.º 350/2008**, de 5 de maio
Fixa as condições de atribuição de licença sabática aos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Revoga o Despacho Normativo n.º 31/98, de 17 de abril.
- **Portaria n.º 841/2009**, de 3 de agosto
Estabelece as regras para que os docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário providos em lugar de quadro que exerçam funções docentes em estabelecimento de educação ou de ensino públicos, na dependência do Ministério da Educação, possam beneficiar de equiparação a bolseiro.

Formação e Certificação

- **Portaria n.º 345/2008**, de 30 de abril
Estabelece as condições em que podem ser concedidas dispensas para formação ao pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

- **Portaria n.º 731/2009**, de 7 de julho
Cria o sistema de formação e de certificação em competências TIC (tecnologias de informação e comunicação) para docentes em exercício de funções nos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário.
(Alterada pela Portaria n.º 224/2010, de 20 de abril).
- **Despacho n.º 1264/2010**, D.R. n.º 12, Série II, de 19 de janeiro, de 2010
Aprova a lista de certificados e diplomas que permitem ao docente requerer a certificação de competências digitais.

Habilitação para a Docência

- **Decreto-Lei n.º 43/2007**, de 22 de fevereiro
Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.
- **Portaria n.º 212/2009**, de 23 de fevereiro
Identifica os requisitos que conferem habilitação profissional para a docência nos grupos de recrutamento de educação especial, a que se refere a alínea e) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro.
- **Portaria n.º 967/2009**, de 25 de agosto
Aprova a regulamentação do reconhecimento das qualificações dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário previsto na Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de setembro, e na Diretiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de novembro, transpostas para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 9/2009, de 4 de março.
- **Decreto-Lei n.º 220/2009**, de 8 de setembro
Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência nos domínios de habilitação não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de fevereiro.
- **Portaria n.º 1189/2010**, de 17 de novembro
Procede à identificação de domínios de habilitação para a docência em vários graus de ensino.

Mobilidade

- **Decreto-Lei n.º 124/2008**, de 15 de julho
Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13 de novembro, estabelecendo as condições de colocação em situação de mobilidade especial dos docentes declarados incapazes para o exercício da atividade docente e um regime excecional de acesso à colocação em estabelecimento de educação ou de ensino, bem como a possibilidade de colocação em situação de mobilidade especial para os docentes com ausência de componente letiva.
- **Lei n.º 23/2009**, de 21 de maio
Consagra a garantia de intercomunicabilidade entre os docentes provenientes das Regiões Autónomas com o restante território nacional.
- **Despacho n.º 13399/2009**, D.R. n.º 110, Série II, de 8 de junho, de 2009
Mobilidade de pessoal docente.
- **Despacho n.º 6042/2012**, D.R. n.º 89, Série II, de 08 de maio de 2012
Mobilidade interna por condições específicas dos docentes da carreira dos estabelecimentos de ensino da rede pública de Portugal Continental e das Regiões Autónomas.
(Ver Declaração de Retificação n.º 653/2012).

Organização do Ano Letivo

- **Despacho n.º 8322/2011**, D.R. n.º 115, Série II, de 16 de junho, de 2011
Reduz a componente letiva dos docentes orientadores cooperantes que desempenham funções de orientação e supervisão pedagógica.

Despacho normativo n.º 13-A/2012, D.R. n.º 109, 2.º Suplemento, Série II, 05 de junho de 2012
Organização do ano letivo.

Professor Bibliotecário

- **Portaria n.º 756/2009**, de 14 de julho
Estabelece as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário e para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares.
(Alterado pela Portaria n.º 558/2010, de 22 de julho).
- **Portaria n.º 558/2010**, de 22 de julho
Altera o anexo I à Portaria n.º 756/2009, de 14 de julho, que estabelece as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário e para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares.

Professores Classificadores e Relatores

- **Despacho n.º 18060/2010**, D.R. n.º 234, Série II, de 03 de dezembro, de 2010
Estabelece as regras de apresentação das propostas de docentes para o exercício da função de professores classificadores dos exames nacionais dos ensinos básico e secundário.
(Ver Declaração de retificação n.º 2642/2010 ; alterado pelo Despacho n.º 6025/2011, de 06 de abril, de 2011).
- **Despacho n.º 6025/2011**, D.R. n.º 68, Série II, de 06 de abril, de 2011
Alteração do Despacho n.º 18060/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 234, de 3 de dezembro de 2010.
- **Despacho n.º 10809/2011**, D.R. n.º 168, Série II, de 01 de setembro, de 2011
Determina o pagamento aos professores relatores e especialistas dos ensinos básico e secundário pela reapreciação de provas de exames.